

---

# ***Finsol SCM EPP S.A.***

***Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à  
Empresa de Pequeno Porte S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. ("Sociedade" ou "Finsol"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à  
Empresa de Pequeno Porte S.A.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à  
Empresa de Pequeno Porte S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 4 de fevereiro de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
(atual denominação da PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes)  
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Vinicius Ferreira Britto Rego'.

Vinicius Ferreira Britto Rego  
Contador CRC 1BA024501/O-9

**FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.**



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO  
Em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>126.013</b>	<b>134.199</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>57.741</b>	<b>95.082</b>
Disponibilidades	3	2.260	19.810	Obrigações por empréstimos e repasses	8	54.808	92.183
TVMs e Instrumentos financeiros derivativos	4	34.107	28.029	Outras obrigações	9	2.933	2.899
Carteira própria - Livre		28.880	12.061	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		81	2
Vinculados à prestação de garantias		5.009	4.859	Sociais e estatutárias		-	245
Instrumentos financeiros derivativos	15	218	11.109	Fiscais e previdenciárias		1.157	1.123
Operações de crédito	5	85.792	83.738	Diversas		1.695	1.529
Empréstimos		95.119	89.917				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.327)	(6.179)				
Outros créditos		3.854	2.622	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>46.707</b>	<b>16.764</b>
Créditos tributários	13	2.255	1.373	Obrigações por empréstimos e repasses	8	45.849	15.582
Diversos	6	1.599	1.249	Outras obrigações	9	858	1.182
				Provisão para contingências	10	858	1.182
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>28.256</b>	<b>27.369</b>
TVMs e Instrumentos financeiros derivativos	4	4.735	3.010				
Vinculados à prestação de garantias		4.735	3.010	Capital social	11	19.000	19.000
Operações de crédito	5	1.108	1.255	De domiciliados no país		19.000	19.000
Empréstimos		1.166	1.270	Reservas de lucros		9.256	8.369
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(58)	(15)				
Imobilizado de uso	7	427	562				
Outras imobilizações de uso		1.439	1.748				
(-) Depreciações acumuladas		(1.012)	(1.186)				
Intangível	7	421	189				
Outros Ativos Intangíveis		554	312				
(-) Amortizações acumuladas		(133)	(123)				
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>132.704</b>	<b>139.215</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>132.704</b>	<b>139.215</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	<b>Nota explicativa</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>39.731</b>	<b>43.434</b>
Operações de crédito		36.287	32.047
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.511	216
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		1.933	11.171
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(19.939)</b>	<b>(25.384)</b>
Operações de empréstimos e repasses	8	(7.473)	(5.411)
Resultado de operações de câmbio	8	(3.201)	(12.228)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(9.265)	(7.745)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>19.792</b>	<b>18.050</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	12	<b>(19.488)</b>	<b>(15.877)</b>
Receitas de prestação de serviços		11.244	11.516
Despesas de pessoal		(21.168)	(18.989)
Despesas tributárias		(2.389)	(2.226)
Outras despesas administrativas		(8.759)	(8.906)
Outras receitas operacionais		1.552	1.298
Receitas não operacionais		32	1.430
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>304</b>	<b>2.173</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	13	<b>583</b>	<b>(454)</b>
Correntes		(300)	(425)
Diferidos		883	(29)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>887</b>	<b>1.719</b>
Lucro líquido por ações do capital social - R\$		0,05	0,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
Em milhares de reais



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>887</b>	<b>1.719</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>887</u></b>	<b><u>1.719</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
Em milhares de reais



	Nota explicativa	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS			TOTAL
			LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		<b>19.000</b>	<b>564</b>	<b>6.331</b>	-	<b>25.895</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.719	1.719
Constituição de reserva legal	11	-	86	-	(86)	-
Dividendos propostos	11	-	-	-	(245)	(245)
Constituição de reserva de retenção de lucro:	11	-	-	1.388	(1.388)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>		<b>19.000</b>	<b>650</b>	<b>7.719</b>	-	<b>27.369</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	887	887
Constituição de reserva legal	11	-	44	-	(44)	-
Constituição de reserva de retenção de lucro:	11	-	-	843	(843)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>19.000</b>	<b>694</b>	<b>8.562</b>	-	<b>28.256</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FINSOL SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
Em milhares de reais



	Nota explicativa	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>304</b>	<b>2.173</b>
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Amortização e depreciação	7	221	264
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	7	69	57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(883)	29
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	9.265	7.745
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12	(324)	(27)
Juros e variação cambial sobre empréstimos	8	10.674	17.639
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários		(18.694)	(2.777)
Instrumentos financeiros derivativos		10.891	(6.889)
Operações de crédito		(11.172)	(14.391)
Outros créditos		534	337
Outras obrigações		507	71
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Captação de empréstimos e repasses	8	12.700	100.000
Amortizações de empréstimos e repasses	8	(25.085)	(87.551)
Juros pagos	8	(5.397)	(6.058)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(528)	(395)
<b>CAIXA APLICADO NAS (GERADO PELAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(16.918)</b>	<b>10.227</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	7	(106)	(177)
Aquisição de intangível	7	(281)	(161)
<b>CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(387)</b>	<b>(338)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		(245)	(207)
<b>CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(245)</b>	<b>(207)</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(17.550)</b>	<b>9.682</b>
No início do exercício	3	19.810	10.128
No fim do exercício	3	2.260	19.810
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(17.550)</b>	<b>9.682</b>

Não foram identificadas transações com efeito na Demonstração do Fluxo de Caixa que não afetaram caixa

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Finsol Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte S.A. ("Sociedade"), foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Recife-PE. Em 28 de maio de 2013, obteve autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de agosto de 2013. O início das atividades foi declarado através de Assembleia Geral de Constituição (AGC), chancelada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, em 4 de setembro de 2013.

O objeto social contempla a concessão de financiamentos e prestação de garantias a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, contemplando as atividades descritas abaixo:

- Aplicação de disponibilidades de caixa no mercado financeiro, observadas as restrições legais e regulamentares específicas de cada modalidade de aplicação;
- Aquisição de créditos concedidos em conformidade com seu objeto social;
- Cessão de créditos, inclusive a companhias securitizadoras de créditos financeiros, na forma da regulamentação em vigor;
- Obtenção de recursos para concessão de créditos, em conformidade com o objeto social, em operações de repasses e de empréstimos originários de:
  - a) instituições financeiras nacionais e estrangeiras;
  - b) entidades nacionais e estrangeiras voltadas para ações de fomento e de desenvolvimento; e
  - c) fundos oficiais.
- Captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM);
- Emissão de moeda eletrônica, restrita às pessoas naturais ou jurídicas passíveis de receber financiamentos;
- Atuar na prestação de serviço de correspondente no País;
- Analisar crédito para terceiros;
- Atuar na cobrança de crédito de terceiros;
- Atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de seu objeto social, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Os empréstimos são concedidos pela Sociedade através de:

- Microcréditos Solidários (proprietários de negócios com atividade de produção, comércio e/ou serviço, organizados em grupos, com um mínimo de 3 (três) e máximo de 10 (dez) integrantes); e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Microempreendedores individuais ou a microempresas e empresas de pequeno porte.

A Sociedade iniciou sua operação com microcrédito em 1<sup>ª</sup> de fevereiro de 2014 e possui atualmente 28 unidades de atendimento em 5 estados na região Nordeste.

Em 30 de setembro de 2021, a Financiera Independência, controladora final da Sociedade, assinou acordo de intenção de venda da totalidade de suas ações no capital social da Independência Participações S.A., controladora direta da Sociedade, com a empresa OMNI S.A. que atua no mercado financeiro brasileiro. A operação encontra-se em processo de avaliação e aprovação junto a autoridade monetária brasileira. A expectativa é de que a autorização da venda seja confirmada no segundo semestre de 2022.

### **PANDEMIA DA COVID-19**

Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou alerta de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), afetando significativamente a rotina da população e da atividade econômica global.

Durante os demais meses do exercício de 2020 e de boa parte do exercício de 2021, houve restrições quanto ao funcionamento do comércio e serviços, realização de eventos culturais e outras atividades que pudessem gerar aglomeração social com o objetivo de frear a disseminação do vírus que vitimou milhões de pessoas em todo o mundo e mais de 600 mil pessoas no Brasil.

Essas medidas, ao passo que ajudavam a controlar a disseminação do vírus, também causaram danos relevantes à economia global, gerando recessão econômica em diversos países e desemprego. A vacinação da população estava posta como a única solução de curto prazo para o assunto, mas teve seu início no Brasil apenas em janeiro de 2021 e de forma lenta e desorganizada.

Naturalmente, toda a economia brasileira foi afetada, incluindo os nossos clientes, o que gerou a necessidade de diversas medidas tomadas para manter a saúde física e financeira da Sociedade, entre elas:

- Implementação de aprimoramentos na gestão da carteira de crédito;
- Maior criticidade na realização de novos contratos;
- Forte investimento em T.I. para permitir e dar segurança ao teletrabalho (*home office*), bem como para otimização de processos internos e para criação de novas formas de acesso aos clientes;
- Adoção de procedimento de acompanhamento periódico dos principais indicadores econômicos e financeiros, principalmente daqueles relacionados à liquidez dos negócios; e
- Diversificação da estrutura de *funding*.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Sociedade também vem atuando de forma prudente, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores. Dentre as medidas adotadas pela Administração, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, estão:

- Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e uso obrigatório nas dependências da empresa;
- Utilização de regime de teletrabalho (*home office*) para todas as áreas administrativas e implantando, a partir de 2021, o mesmo sistema para o setor comercial;
- Distanciamento das mesas de trabalho; e
- Adoção de *dispenser* com álcool em gel em todas as áreas da empresa.

É importante destacar que a Sociedade manteve substancialmente seu quadro de colaboradores e vem cumprindo com todos os seus compromissos imediatos, mantendo bons índices de liquidez e apresentando histórico de lucratividade, mesmo durante a crise sanitária e econômica decorrente da pandemia.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e consideram as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, adaptadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos os pronunciamentos foram homologados pelo Banco Central do Brasil. Dentre os pronunciamentos homologados pela BACEN, aqueles aplicáveis à Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras estão apresentados abaixo:

- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução Nº 4.534, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução Nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 - Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 - Ativo Imobilizado (Resolução Nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (Resolução Nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN).
- CPC-46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução Nº 4.748, de 29.08.2019, do CMN).

**Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas emitidas pelo CMN mas que ainda não estão em vigor para o exercício de 2021, e que são aplicáveis à Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras, estão apresentados abaixo:

- Resolução CMN 4.858 de 23/10/20 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.872 de 27/11/20 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.910 de 27/05/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.968 de 25/11/21 - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.924 de 24/06/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução CMN 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução Nº 4.924, de 24.06.2021, do CMN)
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução Nº 4.924, de 24.06.2021, do CMN)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na aquisição de ativos ou montante esperado para liquidação de passivos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro tributável e, quando aplicável, pelo seu imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios subsequentes.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Encontra-se representado por depósitos em conta corrente.

2.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade possui operações de *SWAP* contratadas para proteção da exposição cambial em contratos de empréstimos em moeda estrangeira. Nas operações de *SWAP*, o diferencial a receber ou a pagar é registrado na adequada conta de ativo ou passivo, sendo apropriado como receita ou despesa na demonstração do resultado, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 do BACEN. O valor justo desses instrumentos é avaliado registrando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

2.7. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

(a) As operações de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos de forma "pro rata die", com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, sendo reconhecida no resultado apenas quando há o efetivo recebimento das prestações, nos termos da Resolução BACEN nº 2.682/99. Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são registradas de forma "pro rata die" no resultado do exercício.

(b) A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando em consideração o maior valor entre os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil e 100% do saldo das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias (níveis de risco E ao H), fundamentação definida considerando as estimativas de perda avaliadas pela administração.

Em função da pandemia da COVID-19, cujos impactos na economia nacional puderam ser observados a partir de março de 2020, a carteira de crédito específica produzida durante o período de abril a novembro de 2020, denominada como carteira COVID, teve um provisionamento ainda mais conservador. Desta forma, para essa carteira, ficou definido os seguintes percentuais de provisionamento por faixa de risco: A - 0,5%, B - 1%, C - 50% e D ao H - 100%.

(c) As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando existem evidências de mudança nas premissas anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação acumulada e de qualquer provisão para redução ao valor recuperável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada dos bens.

## 2.9. Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição e demais custos diretamente atribuíveis que sejam necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. No caso da Sociedade, os ativos intangíveis são representados por direito de uso de softwares e aplicativos para smartphones desenvolvidos internamente.

Quando se encontram prontos para utilização, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer do período estimado para o qual são esperados benefícios econômicos.

## 2.10. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos estão sujeitos a avaliação ao valor recuperável anualmente, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável de ativos.

## 2.11. Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação, e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que ao final do período o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas de intermediação financeira. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

2.12. Imposto de renda e contribuição social

A provisão do imposto de renda e da contribuição social segue a sistemática do lucro real anual. O imposto de renda é constituído pela alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 20 por mês e a contribuição social, computada pela alíquota de 9%, sobre o lucro ajustado para fins tributários.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados a um percentual de 34% sobre as diferenças temporárias entre a base de cálculo tributável e os valores das demonstrações financeiras e também sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social.

2.13. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma:

- (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- (b) Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos contra a Sociedade. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. A Sociedade constitui provisão para todas as contingências que apresentam probabilidade de perda provável. Os passivos contingentes que apresentem probabilidade de perda possível são divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

2.14. Reconhecimento da receita

(a) Receita de intermediação financeira – operações de crédito

A receita financeira de crédito é proveniente da atualização monetária (juros) dos empréstimos concedidos, vedado o reconhecimento no resultado do exercício de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.682/99.

Em caso de atraso no pagamento das parcelas das operações de crédito, a Sociedade:

- Cobra multa de 2% sobre o valor da parcela inadimplida, reconhecendo a receita no momento da constatação da inadimplência;
- Cobra juros simples a taxa de 7,5% a.m., reconhecendo os juros de mora até o mês anterior ao que qualquer parcela do contrato completar 60 dias de inadimplida.

(b) Receita de serviços de intermediação de microseguros

A Sociedade promove a intermediação da comercialização de microseguros de vida em grupo, atuando como um prestador do serviço uma seguradora parceira. Nestas operações, a Sociedade é remunerada com base no valor da apólice dos seguros contratados e na rentabilidade da carteira.

A receita deste serviço é reconhecida mensalmente na demonstração do resultado em função do volume mensal de seguros contratados, na rubrica de "receitas de prestação de serviços" e oportunamente quando ocorre a apuração de excedente técnico.

2.15. Transações recorrentes e não recorrentes

A Sociedade avalia se certas transações que não estejam relacionadas ou que estejam relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade, ou ainda que não estejam previstas para ocorrer de forma frequente nos exercícios futuros podem ser caracterizadas como transações não recorrentes, conforme a Resolução BCB nº 02/2020. Quando existentes, a Sociedade divulga essas transações de forma segregada em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

2.16. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras se referem ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais e depreciações calculadas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

(a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Sociedade segue as determinações da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil para constituição da provisão mínima para créditos de liquidação duvidosa, bem como utiliza metodologia própria para análise da suficiência dessa provisão para cobrir o risco de realização das operações de crédito, efetuando provisões adicionais, quando necessário. O critério para provisionamento adicional está descrito na Nota Explicativa nº 2.7.

(b) Provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(c) Depreciação e amortização

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada dos bens e direitos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Transações recorrentes e não recorrentes

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- I. não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
- II. não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Administração da Sociedade avaliou as transações que não estivessem relacionadas ou que estivessem relacionadas incidentalmente com as atividades típicas da Sociedade, ou ainda que não estivessem previstas para ocorrer de forma frequente nos exercícios futuros, e não identificou situações que pudessem ser caracterizadas como transações não recorrentes.

3. DISPONIBILIDADES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades em moeda nacional	2.260	19.810
Total	<u>2.260</u>	<u>19.810</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todo o saldo de disponibilidade da Sociedade encontra-se depositado em conta corrente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Carteira própria - Livre</b>		
Certificado de depósitos bancários - CDB	19.558	12.061
Cotas de fundos de investimento	9.322	-
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>		
Certificado de depósitos bancários - CDB	4.696	4.559
Cotas de fundos de investimento	5.048	3.310
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		
<i>Swap</i> a receber (Nota nº 15)	218	11.109
Total	<u>38.842</u>	<u>31.039</u>
Circulante	34.107	28.029
Realizável a longo prazo	4.735	3.010

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

A Sociedade mantém recursos aplicados em CDB e Fundos de Investimentos com rendimento indexado ao CDI, resgatáveis a qualquer momento e com risco insignificante de mudança de valor justo para a Sociedade. Esses recursos são tratados como investimentos e são referentes a aplicações do excesso de caixa da Sociedade.

As aplicações vinculadas à prestação de garantias são mantidas como garantias em operações de empréstimos e repasses contraídos junto aos Bancos Sofisa S.A., Banco Safra S.A. e Caixa Econômica Federal.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão compostas por empréstimos na modalidade de microcrédito, concedidos através do microcrédito solidário e comunitário, e também, empréstimos concedidos a pessoas jurídicas na condição de microempresário individual, microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a carteira dessas operações de crédito estava composta da seguinte forma:

(a) Composição da carteira por tipo de operação:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Microcréditos a receber de pessoas físicas	82.425	82.758
Empréstimos a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	13.860	8.429
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(9.385)</u>	<u>(6.194)</u>
Total	<u>86.900</u>	<u>84.993</u>
Circulante	85.792	83.738
Realizável a longo prazo	1.108	1.255

(b) Composição da carteira por prazo de vencimento:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer:	75.407	80.124
Vencidas:		
Até 14 dias	2.005	1.205
De 15 a 30 dias	5.081	2.723
De 31 a 60 dias	2.945	1.548
De 61 a 90 dias	1.810	701
De 91 a 120 dias	1.393	588
De 121 a 150 dias	1.063	425
De 151 a 180 dias	799	301
A partir de 181 dias	<u>5.782</u>	<u>3.572</u>
Total	<u>96.285</u>	<u>91.187</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Risco	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor	% de Provisão	Provisão constituída	Valor	% de Provisão	Provisão constituída
A	75.830	0,5%	(379)	78.871	0,5%	(394)
B	5.833	1%	(58)	3.912	1%	(39)
C	3.539	3%	(106)	1.830	3%	(55)
D	1.980	10%	(198)	1.279	10%	(128)
E	1.439	30%	(432)	758	30%	(227)
F	1.047	50%	(524)	616	50%	(308)
G	800	70%	(560)	302	70%	(211)
H	5.817	100%	(5.817)	3.619	100%	(3.619)
	<u>96.285</u>		<u>(8.074)</u>	<u>91.187</u>		<u>(4.981)</u>
Provisão adicional (*)			<u>(1.311)</u>			<u>(1.213)</u>
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			<u>(9.385)</u>			<u>(6.194)</u>

(\*) O critério para provisionamento adicional para cobertura quanto ao risco de realização das operações de crédito está descrito na Nota Explicativa nº 2.7.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação durante os exercícios de 2021 e de 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.217)
Provisões constituídas	(7.745)
Valores baixados	8.768
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(6.194)</u>
Provisões constituídas	(9.265)
Valores baixados	6.074
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(9.385)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

6. OUTROS CRÉDITO - DIVERSOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos a receber originados de cartão de crédito (a)	180	74
Créditos a receber de seguros vendidos	191	210
Adiantamento a fornecedores	106	46
Adiantamento a funcionários	151	18
Depósitos judiciais	611	752
Impostos a recuperar	181	120
Despesas antecipadas	179	10
Outros créditos a receber	-	19
<b>Total</b>	<u><u>1.599</u></u>	<u><u>1.249</u></u>

(a) Refere-se a saldo de contas a receber de operações de crédito de clientes que foram quitadas através de cartão de crédito.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>		Taxas anuais de depreciação (amortização)
	Custo	Depreciação (amortização) acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
<b>Imobilizado</b>					
Instalações	62	(21)	41	47	10%
Móveis e utensílios	209	(146)	63	129	10%
Equipamentos de informática	1.041	(777)	264	312	20%
Veículos	127	(68)	59	74	20%
Subtotal	<u>1.439</u>	<u>(1.012)</u>	<u>427</u>	<u>562</u>	
<b>Intangível</b>					
Sistemas de processamento de dados	554	(133)	421	189	20%
Subtotal	<u>554</u>	<u>(133)</u>	<u>421</u>	<u>189</u>	
<b>Total</b>	<u><u>1.993</u></u>	<u><u>(1.145)</u></u>	<u><u>848</u></u>	<u><u>751</u></u>	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do ativo imobilizado e intangível da Sociedade segue apresentada a seguir:

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
<b>Imobilizado</b>								
<u>Custo</u>								
Instalações	62	-	-	-	62	-	-	62
Móveis e utensílios	425	3	(81)	(1)	346	-	(137)	209
Equipamentos de informática	1.233	99	(119)	-	1.213	106	(278)	1.041
Veículos	203	75	(151)	-	127	-	-	127
Outros	150	-	-	(150)	-	-	-	-
Total do custo	<u>2.073</u>	<u>177</u>	<u>(351)</u>	<u>(151)</u>	<u>1.748</u>	<u>106</u>	<u>(415)</u>	<u>1.439</u>
<u>Depreciação</u>								
Instalações	(9)	(6)	-	-	(15)	(6)	-	(21)
Móveis e utensílios	(242)	(34)	59	-	(217)	(19)	90	(146)
Equipamentos de informática	(807)	(183)	89	-	(901)	(132)	256	(777)
Veículos	(191)	(8)	146	-	(53)	(15)	-	(68)
Outros	(90)	(4)	-	94	-	-	-	-
Total da depreciação	<u>(1.339)</u>	<u>(235)</u>	<u>294</u>	<u>94</u>	<u>(1.186)</u>	<u>(172)</u>	<u>346</u>	<u>(1.012)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>734</u></b>	<b><u>(58)</u></b>	<b><u>(57)</u></b>	<b><u>(57)</u></b>	<b><u>562</u></b>	<b><u>(66)</u></b>	<b><u>(69)</u></b>	<b><u>427</u></b>
<b>Intangível</b>								
<u>Custo</u>								
Sistemas de processamento de dados	-	161	-	151	312	281	(39)	554
Total do custo	<u>-</u>	<u>161</u>	<u>-</u>	<u>151</u>	<u>312</u>	<u>281</u>	<u>(39)</u>	<u>554</u>
<u>Amortização</u>								
Sistemas de processamento de dados	-	(29)	-	(94)	(123)	(49)	39	(133)
Total da amortização	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>-</u>	<u>(94)</u>	<u>(123)</u>	<u>(49)</u>	<u>39</u>	<u>(133)</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>132</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>57</u></b>	<b><u>189</u></b>	<b><u>232</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>421</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>734</u></b>	<b><u>74</u></b>	<b><u>(57)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>751</u></b>	<b><u>166</u></b>	<b><u>(69)</u></b>	<b><u>848</u></b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

## 8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As principais características dos empréstimos e repasses estão sumarizadas a seguir:

Instituição	Tipo	Modalidade	Taxa de juros	Moeda	Data de	31/12/2021	31/12/2020
					vencimento		
Financiera Independencia	Empréstimo	Capital de giro	5,9412% a.a.	Dólar - U\$	11/01/2021	-	52.645
Caixa Econômica Federal	Repassé	(*)	5,54% a.a.	Real - R\$	27/08/2024	15.575	20.009
Banco Sofisa S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 5,788% a.a.	Real - R\$	15/12/2021	-	30.092
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 7,699% a.a.	Real - R\$	22/02/2021	-	1.503
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 7,699% a.a.	Real - R\$	31/03/2021	-	1.512
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 8,085% a.a.	Real - R\$	17/12/2021	-	2.004
Financiera Independencia	Empréstimo	Capital de giro	6,7906% a.a.	Dólar - U\$	11/01/2022	41.672	-
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 8,085% a.a.	Real - R\$	25/07/2022	4.009	-
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 8,085% a.a.	Real - R\$	04/08/2022	674	-
Banco Safra S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 7,059% a.a.	Real - R\$	12/12/2022	783	-
Banco Sofisa S.A.	Empréstimo	Capital de giro	CDI + 5,788% a.a.	Real - R\$	13/01/2023	30.201	-
Caixa Econômica Federal	Repassé	(*)	5,54% a.a.	Real - R\$	23/07/2025	7.743	-
Total						<u>100.657</u>	<u>107.765</u>
Circulante						54.808	92.183
Exigível a longo prazo						45.849	15.582

(\*) Refere-se à captação de financiamento oriundo de recursos próprios da Caixa Econômica Federal para realização de operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO instituído pela Lei 13.636 de 20/03/2018.

### (a) Garantias

As operações de empréstimos e repasses junto ao Banco Safra S.A., Banco Sofisa S.A. e Caixa Econômica Federal possuem como garantia a carteira de crédito e aplicações financeiras restritas.

### (b) Covenants

Não há cláusulas de *covenants* nos contratos da Sociedade vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### (c) Movimentação de empréstimos e repasses

A movimentação dos empréstimos e repasses encontra-se demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2019	83.735
Captações	100.000
Juros provisionados	5.411
Variação cambial	12.228
Juros pagos	(6.058)
Amortizações	(87.551)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>107.765</u>
Captações	12.700
Juros provisionados	7.473
Variação cambial	3.201
Juros pagos	(5.397)
Amortizações	(25.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>100.657</u>

(d) Vencimento das operações de longo prazo

Os montantes de longo prazo têm a seguinte posição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2022	-	5.569
2023	38.036	5.881
2024	6.402	4.132
2025	1.411	-
Total	<u>45.849</u>	<u>15.582</u>

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	84
PIS e COFINS a pagar	178	142
IOF a recolher	81	2
ISS a pagar	44	30
Provisão de férias a pagar	1.148	1.052
INSS e FGTS a pagar	803	746
Seguros vendidos a repassar	372	409
Dividendos a pagar (Nota nº 11)	-	245
Fornecedores	89	52
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (Nota nº 10)	858	1.182
Outros	218	137
Total	<u>3.791</u>	<u>4.081</u>
Circulante	2.933	2.899
Exigível a longo prazo	858	1.182

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

## 10. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a posição das provisões para riscos cíveis e trabalhistas está a seguir apresentada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Riscos trabalhistas	116	187
Riscos cíveis	742	995
Total	<u>858</u>	<u>1.182</u>

Adicionalmente, há processos com perda considerada possível no montante de R\$ 2.925 (2020: R\$ 3.339), que se referem substancialmente a processos de mesma natureza daqueles provisionados, contudo com elementos de defesa que levaram os assessores jurídicos da Finsol a considerá-los com probabilidade de perda possível.

A movimentação da provisão para contingências cíveis e trabalhistas segue a seguir apresentada:

	Contingências		Total
	Cíveis	Trabalhistas	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	220	989	1.209
(-) Reversão	(33)	6	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	187	995	1.182
(-) Reversão	(71)	(253)	(324)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>116</u>	<u>742</u>	<u>858</u>

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 19.000, representados por 19.000.000 (dezenove milhões) de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### Dividendos

Os lucros líquidos, quando existentes, terão a destinação que lhes for designada *ad referendum* da Assembleia Geral, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de dezembro de 2021, ficou definido que o lucro líquido do exercício de 2021 depois da constituição da reserva legal, será integralmente destinado à conta de retenção de lucros.

Em 2020, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de dezembro de 2020 definiu que os dividendos propostos constituídos sobre o lucro líquido do exercício de 2020, depois da constituição da reserva legal, seriam de 15%. O montante restante foi destinado a constituição de reserva de retenção de lucro.

A conciliação da destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 seguem abaixo apresentadas:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	887	1.719
(-) Reserva legal - 5%	<u>(44)</u>	<u>(86)</u>
Base para determinação dos dividendos	<u>843</u>	<u>1.633</u>
(-) Dividendos propostos	<u>-</u>	<u>(245)</u>
Constituição de reserva de retenção de lucros	<u><u>843</u></u>	<u><u>1.388</u></u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

12. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Receitas de prestação de serviços</u>		
Tarifa de análise de crédito - TAC	8.763	9.344
Serviços de intermediação de microseguros	<u>2.481</u>	<u>2.172</u>
Total	<u><u>11.244</u></u>	<u><u>11.516</u></u>
<u>Despesas de pessoal</u>		
Honorários e benefícios	(17.219)	(15.476)
Encargos sociais	(3.856)	(3.397)
Treinamentos	(26)	(25)
Estagiários	<u>(67)</u>	<u>(91)</u>
Total	<u><u>(21.168)</u></u>	<u><u>(18.989)</u></u>
<u>Despesas tributárias</u>		
COFINS	(1.471)	(1.315)
PIS	(319)	(285)
ISS	(562)	(576)
Outras	<u>(37)</u>	<u>(50)</u>
Total	<u><u>(2.389)</u></u>	<u><u>(2.226)</u></u>
<u>Outras despesas administrativas</u>		
Prestação de serviços	(4.351)	(3.695)
Aluguéis	(431)	(791)
Telefonia e internet	(527)	(684)
Manutenção	(475)	(475)
Despesas com viagens, hospedagens e alimentação	(15)	(106)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	324	27
Depreciação	(172)	(232)
Propaganda e publicidade	(403)	(333)
Água e energia elétrica	(69)	(133)
Tarifas de serviços bancários	(1.002)	(1.134)
Combustíveis e lubrificantes	(834)	(570)
Outras	<u>(804)</u>	<u>(780)</u>
Total	<u><u>(8.759)</u></u>	<u><u>(8.906)</u></u>
<u>Outras receitas operacionais</u>		
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	1.552	1.297
Outras	<u>-</u>	<u>1</u>
Total	<u><u>1.552</u></u>	<u><u>1.298</u></u>
<u>Receitas não operacionais</u>		
Recuperação de crédito tributário (*)	-	1.294
Outras	<u>32</u>	<u>136</u>
Total	<u><u>32</u></u>	<u><u>1.430</u></u>

(\*) No exercício de 2018, a Sociedade formulou consulta junto à Receita Federal do Brasil perguntando sobre a aplicabilidade às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte da contribuição adicional de 2,5% do INSS patronal prevista no Art. 22, § 1º da Lei nº 8.212. de 24.07.1991, por acreditar não estar inserida no rol de entidades obrigadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 28 de dezembro de 2018, a Sociedade obteve resposta da Receita Federal do Brasil, por meio da solução de consulta nº 283 confirmando a não aplicabilidade da contribuição adicional do INSS patronal. Adicionalmente, a Sociedade contratou consultoria tributária para revisar o tema à luz da solução de consulta e concluiu-se que foi efetuado recolhimento a maior do INSS nos últimos 5 anos, tendo a Sociedade um crédito a compensar.

Durante o exercício de 2020, a Sociedade compensou o montante de R\$ 1.294.

### 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO

#### Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão conciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL	304	2.173
Alíquota nominal - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	<u>103</u>	<u>739</u>
<u>Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes:</u>		
Brindes e doações	12	22
Outros	(81)	(86)
Ativo fiscal diferido constituído sobre prejuízo fiscal	(430)	-
Compensação de prejuízo fiscal	<u>(187)</u>	<u>(221)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(583)</u>	<u>454</u>
Corrente	(300)	(425)
Diferido	883	(29)
<i>Alíquota efetiva - %</i>	<i>-192%</i>	<i>21%</i>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Diferenças temporárias

A Lei nº 9.430/96, atualizada pela Lei 13.097/15, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. As provisões para perdas com operações de crédito são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Desta forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para contingências e provisões para créditos de liquidação duvidosa e conforme disposição da Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.842, de 30 de julho de 2020, a Sociedade registra Crédito Tributário correspondente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as referidas diferenças temporárias.

(b) Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL no montante de R\$ 1.267 (2020: R\$ 1.815) a ser utilizado nos próximos exercícios. Como determina a Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.842, de 30 de julho de 2020, a Sociedade concluiu, durante o exercício de 2021, estudo técnico com a projeção para utilização do prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL nos próximos anos, bem como possui histórico de utilização desse crédito nos anos anteriores, motivo pelo qual constituiu ativo fiscal diferido sobre tal benefício no montante de R\$ 430.

O saldo ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, registrado na rubrica de "Outros créditos – Créditos Tributários", apresenta a seguinte composição:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2021			31/12/2020			
	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9% Total	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9% Total	
<u>Diferenças temporárias:</u>							
Provisão para créditos em liquidação duvidosa	4.507	1.127	406 1.533	2.855	714	257 971	
Provisão de passivos contingentes	858	215	77 292	1.182	296	106 402	
	5.365	1.342	483 1.825	4.037	1.010	363 1.373	
<u>Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL:</u>	1.267	316	114 430	-	-	- -	
Total de créditos tributários ativados	6.632	1.658	597 2.255	4.037	1.010	363 1.373	

Em função dos valores médios das operações e das regras para dedutibilidade fiscal, bem como da projeção de resultado para o próximo exercício, a expectativa da Sociedade é realizar o saldo de créditos tributários existente em 31 de dezembro de 2021 integralmente durante o exercício de 2022.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2021		2020	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
<u>Passivo</u>				
Obrigações por empréstimos e repasses				
Financiera Independencia (*) (Nota nº 8)	(41.672)	-	(52.645)	-
<u>Resultado</u>				
Despesa de intermediação financeira				
Financiera Independencia (*)	-	(5.930)	-	(15.290)

(\*) Refere-se aos empréstimos contraídos junto à controladora da Sociedade e aos encargos financeiros e variação cambial reconhecidos na demonstração do resultado em função destes empréstimos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração compreende os diretores estatutários, o controller e os gerentes regionais. Os honorários e benefícios dos administradores da Sociedade foram apropriados como despesa ao resultado, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Diretores	1.353	1.265
Controller	223	170
Gerentes regionais	740	849
Total	<u>2.316</u>	<u>2.284</u>

## 15. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

### Gerenciamento de Risco

A gestão de riscos da Sociedade reflete um esforço integrado de ações, controles e processos abrangendo os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional.

- I. Risco de Mercado: É a possibilidade de ocorrência de perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos diariamente, sendo um dos pilares das decisões estratégicas da Sociedade.
- II. Risco de Crédito: Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de "rating".
- III. Risco de Liquidez: É o risco de a Sociedade não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.
- IV. Risco Operacional: É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal. A Finsol considera a atividade de gestão do Risco Operacional de grande relevância como suporte à geração de valor à Sociedade. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

Derivativos

A Sociedade possui operação de SWAP contratada junto ao Banco HSBC S.A. para proteção da exposição cambial existente sobre seu contrato de empréstimo firmado em dólar-US\$.

A posição desse instrumento financeiro derivativo segue abaixo apresentada:

<b>31/12/2021</b>			Valor Inicial	Curva		Valor a receber
Operação	Indexador	Custódia		Ativo	Passivo	
Swap	U\$ x PRE	CETIP	37.578	41.672	41.454	218

<b>31/12/2020</b>			Valor Inicial	Curva		Valor a receber
Operação	Indexador	Custódia		Ativo	Passivo	
Swap	U\$ x PRE	CETIP	40.672	52.644	41.535	11.109

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital da Sociedade compreende o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital mantido pela Sociedade;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Sociedade está sujeita; e
- Planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Sociedade.

No gerenciamento de capital, a Sociedade mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores que são monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade, medir a suficiência de capital em relação à exposição dos ativos ponderados pelo risco, conforme determinado Resolução BACEN nº 4.193/13. O Índice de Basileia da Sociedade, cujo mínimo requerido pelo BACEN é de 11%, atingiu 13,37% em 31 de dezembro de 2021 (2020: 13,13%), conforme demonstrado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>27.404</b>	<b>27.180</b>
Capital principal	<u>27.404</u>	<u>27.180</u>
Patrimônio líquido	28.256	27.369
Ajustes prudenciais	(852)	(189)
<b>Ativos ponderado pelo risco – RWA (b)</b>	<b>204.896</b>	<b>207.053</b>
Índice de Basileia (a/b)	13,37%	13,13%

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade possui cobertura de seguros de prevenção de incêndio e para os seus veículos por valores considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de janeiro de 2022, a operação de SWAP contratada foi encerrada e a Sociedade apurou ganho de R\$ 875. Na mesma data, a operação de empréstimo em moeda estrangeira junto a Financiera Independencia, cujo principal e juros acumulados montavam em US\$ 7.482, equivalentes a R\$ 42.452, foi liquidada e um novo contrato foi celebrado no montante de US\$ 4.000, equivalentes a R\$ 22.694, resultando em um desembolso líquido de R\$ 19.757. Essa nova operação possui vencimento para 11 de janeiro de 2023 com taxa de juros de 6,7% a.a. e, de igual forma, um novo SWAP foi contratado junto ao Banco HSBC S.A. para proteção da variação cambial dessa nossa operação.

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 4 de fevereiro de 2022.